MAESTRO FROTAS

Maestro Locadora de Veículos S.A.

CNPJ nº 08.795.211/0001-70

Relatório da Administração

1) A Companhia: A Maestro atua no segmento de Terceirização e Gestão de Frotas de veículos e caminhões através de contratos de longa duração. No final de 2019, a frota total da Maestro era de 4.142 veículos distribuídos em mais de 300 clientes em todo território nacional. A Maestro compra seus veículos diretamente das principais montadoras do país, contando com *mix* diversificado de fabricantes na sua frota. Durante o prazo dos contratos de locação, tipicamente entre 12 e 60 meses, serviços de manutenção preventiva e corretiva são prestados por 18.000 oficinas com cobertura nacional. A venda de veículos é feita através de parceria com nossa rede de mais de 1.000 lojistas o que nos permite fazer desativação rápida e eficiente, com baixa estrutura fixa e dentro dos parâmetros de precificação estabelecidos. Em 2019, também abrimos uma loja para vendas a varejo em Belo Horizonte com o objetivo de adicionar um canal de maior potencial de retorno. Em dezembro do ano anterior, com a aquisição da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarcity") adicionamos 1.014 veículos à frota total, além de diversificar geograficamente a nossa atuação comercial, inclusive para a venda de semi-novos. Esta aquisição trouxe resultados importantes com aumento de receita de locação levando a diluição do custo fixo e aumento dos resultados operacional, total antes de impostos e lucro líquido. A integração entre Maestro e Locarcity aconteceu de forma rápida e eficiente. Em 1º/09/2019 incorporamos integralmente as companhias. Os indicadores de resultado consolidado estão consolidados como no mapa abaixo:

	Janeiro a Agosto Maestro	Janeiro a Agosto Locar-city	Conso-lidado	Setembro a Dezembro Maestro	2019 Conso-lidado
Receita líquida	53.393	22.965	76.359	38.555	114.913
Custos de locação e venda de veículos	(36.491)	(17.472)	(53.963)	(25.319)	(79.282)
Lucro bruto	16.902	5.493	22.395	13.236	35.631
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais	(7.767)	(1.107)	(8.874)	(4.857)	(13.731)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	761	72	833	96	930
	(7.005)	(1.035)	(8.040)	(4.761)	(12.801)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	9.897	4.458	14.355	8.475	22.830
(Despesas) receitas financeiras					
Despesas financeiras	(15.142)	(199)	(15.341)	(7.090)	(22.432)
Receitas financeiras	2.845	189	3.034	(582)	2.452
Despesas financeiras, líquidas	(12.297)	(11)	(12.308)	(7.672)	(19.980)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(2.400)	4.447	2.047	803	2.850
IR e CS corrente	–	(1.573)	(1.573)	(631)	(2.204)
IR e CS diferidos	610	–	610	(341)	269
(Prejuízo) lucro líquido do período	(1.790)	2.875	1.084	(169)	916

Para efeito de comparação com o período anterior, utilizaremos o número consolidado de 2019 (última coluna à direita). Ao longo do ano, consolidamos base de clientes maior e mais diversificada, com soluções de gestão completas e inovadoras. Estamos também em linha com as modernas tendências tecnológicas, com novos clientes atuando no segmento de aplicativos de mobilidade urbana, segmento de inegável potencial de crescimento significativo para os próximos anos. **2) Mensagem da Administração:** É com prazer que mostraremos a seguir os resultados e conquistas obtidas em 2019, um ano importante para a consolidação de uma plataforma sólida focada em crescimento e melhoria de resultados. Em dezembro de 2018, concretizamos a primeira aquisição de empresa do setor - a Locarcity, sediada em Belo Horizonte, com mais de 10 anos de atuação. Ao longo de 2019, otimizamos esta operação para abertura de uma loja de venda de veículos seminovos, aproveitando as mesmas instalações, integramos pessoas, processos, e já capturamos a sinergia possível alguns meses após a aquisição. Para os exercícios seguintes buscaremos mais alternativas de M&A como importante vetor de crescimento da companhia. Em 2019 fechamos o maior contrato da empresa para o setor de mobilidade urbana, foram 950 veículos novos locados que terminarão de ser entregues até final do 1º trimentre/20. Fechamos novos contratos de Veículos Pesados e com isto melhoramos o *share* deste produto, alcançando 14% do faturamento de locação e com forte perspectiva de crescimento. A combinação dos novos contratos mais a aquisição, geraram um crescimento de 53% na receita de locação, que foi de R$47,2m (2018) para R$72,3m (2019). As margens e a rentabilidade aumentaram significativamente, principalmente através da diluição de custos fixos. Como estratégia de manter crescimento acelerado, reforçamos o time de M&A e criamos um pipeline para aquisição de empresas com mesmo perfil da Maestro, e que tenham entre 500 e 2000 carros na frota. Acreditamos que o aumento na competição e o porte dos maiores players do setor levem a uma menor competição em M&A por empresas deste porte, porém maior competição no crescimento orgânico. Mantivemos a boa prática de neutralizar o carbono de toda a frota interna da companhia com a plantação de centenas de árvores no Parque Ecológico do Tietê, através da parceria estabelecida com o IBDN (Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza). Em dezembro realizamos a Convenção Anual, e um dos destaques foi a implantação de Metodologias Ágeis (Scrum). Foram inaugurados cinco *squads* (grupos específicos para estes projetos) que entregarão projetos importantes nos meses subsequentes, usando esta nova metodologia de gestão de projetos. Agradecemos em nome do nosso time a todos que de alguma forma participaram e contribuíram para a consolidação e desenvolvimento da Maestro nos seus treze anos de história!

Fabio Lewkowicz - Diretor Presidente

3) Comentários de Desempenho: Em 2019 a Maestro conquistou resultados operacionais recorde. Contribuíram de forma importante a rápida e bem sucedida incorporação da Locarcity, totalmente concretizada em nove meses, a diversificação de sua linha de atuação com aplicativos de mobilidade e a avançando na atuação em caminhões leves. O cenário de captações de financiamentos também foi favorável com a queda da taxa básica de juros e dos spreads contribuindo para aumento expressivo do lucro líquido. O EBITDA de 2019 atingiu R$ 42,1m, aumento expressivo de 66% em relação ao ano anterior. Contribuíram o aumento da receita de locação no período em 53% com consequente diluição de custos fixos. A margem EBITDA (sobre a receita líquida de aluguel) atingiu 64% o que representa aumento de 5 p.p. em relação ao ano anterior. A venda de veículos continuou cumprindo os objetivos de vendas em valores iguais ou acima dos valores residuais projetados, evidenciando a robustez do modelo de precificação adotado e mantendo a trajetória de sólidos resultados dos últimos períodos. Em 2019 os veículos foram vendidos a uma média de 105% do valor contábil de custo, patamar estável em relação a 2018. O resultado recorrente antes de impostos atingiu o patamar de R$2,8m, aumento de 35% em relação a 2018. Em 2018 havíamos feito duas emissões de debêntures que totalizaram R$142m captados a valor de mercado, sendo R$80m na segunda série em maio/18 e R$62m na terceira série em dezembro/18. Em novembro/19 concluímos a quarta série no valor total de R$60mm, com o objetivo de suportar crescimento orgânico, aumentar liquidez disponível para os primeiros meses de 2020 e manter mais de 80% do endividamento total no longo prazo em dezembro de 2019. Concluímos reafirmando nosso compromisso de continuamente avançar em nossos objetivos de rentabilização do capital investido, atendendo nossos clientes de forma diferenciada, com alto nível de eficiência operacional e solidez financeira. Os números e conquistas de 2019 corroboram esta posição e nos dão confiança que continuaremos nossa trajetória de crescimento sustentado para os próximos períodos.

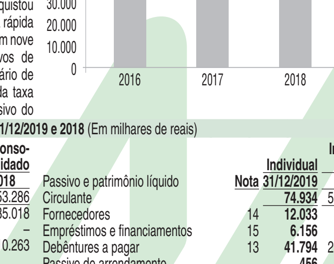
(em R$ mil, exceto percentuais)	2019	AV (%)	2018	AV (%)	Variação 2019x2018	(%)
	Exercício social encerrado em 31/12/2019 e 31/12/2018					
Demonstração do Resultado						
Receita líquida	114.913	100%	62.283	100%	52.630	85%
Bruta de Locação	72.374	63%	47.235	76%	25.139	53%
(–) impostos sobre receita locação	(6.699)	6%	(4.369)	7%	(2.330)	53%
Venda de veículos	49.238	43%	19.417	31%	29.821	154%
Custo de locação e venda de veículos	(79.282)	69%	(40.199)	65%	(39.083)	97%
Lucro bruto	**35.631**	**31%**	**22.084**	**35%**	**13.547**	**61%**
(Despesas) receitas operacionais administrativas e gerais (a)	(13.731)	12%	(9.050)	15%	(4.681)	52%
Outras receitas operacionais (b)	930	1%	849	1%	81	10%
Total operacionais (a)+(b)	(12.801)	11%	(8.201)	13%	(4.600)	56%
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	**22.830**	**20%**	**11.866**	**19%**	**10.964**	**92%**
Despesas financeiras	(22.433)	20%	(16.858)	27%	(5.575)	33%
Receitas financeiras	2.452	2%	1.988	3%	464	23%
Despesas financeiras, líquidas	(19.981)	17%	(14.870)	24%	(5.111)	34%
Lucro (prejuízo) antes dos impostos (*)	**2.850**	**2%**	**-1.430**	**-2%**	**4.280**	**-299%**
IR e CS diferidos	(1.934)	2%	270	0%	(2.204)	-816%
(Prejuízo) lucro líquido do período	**916**	**1%**	**-1.160**	**-2%**	**2.076**	**-179%**

3-1) Receita de Locação e Venda de Veículos: A receita líquida total é composta de receita de aluguel e receita de venda de veículos.

	Janeiro a Agosto Maestro	Janeiro a Agosto Locar-city	Consolidado Acumulado 08 meses	Setembro a Dezembro Maestro	2019 Conso-lidado
Locação de veículos	36.522	11.843	48.365	24.009	72.374
Venda de veículos	20.250	12.222	32.472	16.767	49.238
Total da Receita Bruta	**56.772**	**24.065**	**80.836**	**40.775**	**121.612**
Impostos	(3.378)	(1.099)	(4.478)	(2.221)	(6.699)
Total da Receita Líquida	**53.393**	**22.965**	**76.359**	**38.555**	**114.913**

Evolução da receita: A receita de aluguel de veículos em 2019 apresentou aumento de 53% em relação ao ano anterior, atingindo R$72,4m. Esta variação é devida principalmente à contribuição, desde janeiro, da frota da Locarcity. Em 2019, a frota locada média foi de 3.361 veículos em comparação com 2.419 de 2018, aumento equivalente a 39%.

Receita bruta de locação - R$ mil



3-2 Custo de Locação de Veículos

	Janeiro a Agosto Maestro	Janeiro a Agosto Locar-city	Consolidado Acumulado 08 meses	Setembro a Dezembro Maestro	2019 Conso-lidado
Custos de manutenção	(7.860)	(3.473)	(11.332)	(5.076)	(16.408)
Custos com depreciação	(10.165)	(2.537)	(12.702)	(5.492)	(18.194)
Provisão para redução	–	–	–	–	–
Custos Veículos Vendidos	(19.125)	(12.008)	(31.132)	(15.247)	(46.380)
Outros Custo com Veículos Vendidos	(151)	–	(151)	(182)	(334)
Custos com pessoal	(1.346)	(202)	(1.548)	(736)	(2.285)
Recuperação créditos PIS/COFINS	2.156	747	2.903	1.414	4.318
Total do Custo de Locação e Serviço	**(36.491)**	**(17.472)**	**(53.963)**	**(25.319)**	**(79.282)**

No fim do exercício de 2019, os custos de locação e venda de veículos representaram 65% da receita líquida total, mesmo patamar do ano anterior. Os custos de venda de veículos totalizaram R$46,3m em 2019, valor superior em R$27,8m ao ano anterior e consistente com maior receita de venda associada a estes (como no parágrafo anterior) de R$49,2m. Os custos diretos de locação, totalizados sem os custos de venda de veículos, alcançaram R$32,9m em 2019, frente ao valor de R$21,7m do ano anterior, aumento de R$11,2m. Os custos diretos de locação podem ser decompostos em 3 grupos principais: • Custos com depreciação que atingiram R$18,2 em 2019, apresentando aumento de 61% e m relação ao ano anterior. Este valor equivale a uma depreciação média em 2019 de 11,3% sobre o valor do ativo (veículos) bruto, índice superior aos 10,5% registrados no ano anterior. Contribuíram para este aumento a maior penetração de caminhões e de veículos de aplicativos na carteira total. O resultado na venda de veículos (vide nota específica) corrobora que este aumento de depreciação tem sido corretamente incorporado ao aluguel mensal. • Custos de manutenção (incluindo custo com pessoal) que atingiram R$18,7m e foram 43% maiores que em 2018, crescimento também decorrente do aumento de frota mas inferior ao crescimento da receita de locação. • Recuperação de crédito de PIS/COFINS que teve aumento (com efeito redutor no custo total direto) de 56% equivalente a R$1,5m no período de 12 meses. **3-3 Lucro Bruto:** O Lucro Bruto atingiu R$35,6m aumento de 61% em relação ao ano anterior, com o crescimento combinado das receitas de locação (principalmente Locarcity) e de venda de veículos (safra de desmobilização).

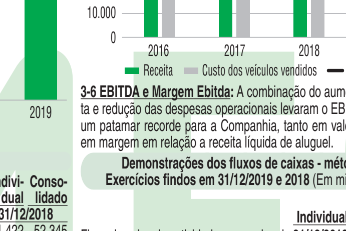
3-4 Despesas Operacionais Administrativas e Gerais

	Janeiro a Agosto Maestro	Janeiro a Agosto Locar-city	Conso-lidado Acumulado 08 meses	Setembro a Dezembro Maestro	2019 Conso-lidado
Despesas com pessoal (Administração/ Comercial)	(3.905)	(586)	(4.491)	(2.136)	(6.627)
Serviços de terceiros	(956)	(346)	(1.302)	(934)	(2.236)
Despesas com ocupação	(433)	(295)	(728)	(150)	(878)
Despesas gerais	(1.166)	(243)	(1.409)	(647)	(2.057)
PECLD	(377)	395	17	(412)	(395)
Reversão de PECLD	61	–	61	391	452
Perda com Incobráveis	–	–	–	–	–
Despesa com Depreciação e Amortização	(421)	(5)	(426)	(691)	(1.116)
Despesas de comunicação	(165)	(27)	(192)	(45)	(237)
Impostos sobre outras receitas	(404)	–	(404)	(233)	(637)
Receita de taxa de administração de multas	116	–	116	71	187
Outras receitas (despesas) operacionais	645	72	717	25	742
Total Despesas	**(7.005)**	**(1.035)**	**(8.040)**	**(4.761)**	**(12.801)**

As despesas operacionais administrativas subiram 52% em relação ao ano anterior, valor inferior ao aumento de receita de locação. Este valor também considera período de alguns meses no começo do ano onde as sinergias de estrutura fixa com a Locarcity ainda não haviam sido plenamente capturadas. **3-5 Resultado na Venda de Veículos - Desativação da Frota:** Em 2019, vendemos os veículos seminovos a 105% do custo total, evidenciando solidez na política de precificação e confiável canal de desmobilização. Ao longo dos últimos anos temos vendidos nossos carros através de nossa rede de parceiros lojistas em todo território nacional.

R$mil	2016	2017	2018	2019
Receita	23.434	32.809	19.417	49.238
Custo dos veíulos vendidos	23.945	32.272	18.564	46.380
Resultado	-511	537	853	2.858
Receita/Custo	98%	102%	105%	106%

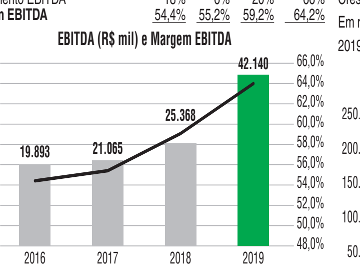
Resultado venda de usados - R$ mil



3-6 EBITDA e Margem Ebitda: A combinação do aumento da margem bruta e redução das despesas operacionais levaram o EBITDA de 2019 a mais um patamar recorde para a Companhia, tanto em valores absolutos como em margem em relação a receita líquida de aluguel.

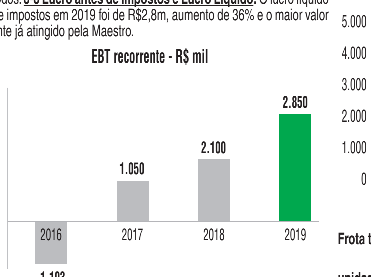
	2016	2017	2018	2019
EBITDA	19.893	21.065	25.368	42.140
Crescimento EBITDA	18%	6%	20%	66%
Margem EBITDA	54,4%	55,2%	59,2%	64,2%

EBITDA (R$ mil) e Margem EBITDA



3-7 Despesas Financeiras Líquidas: Em 2019, as despesas financeiras líquidas aumentaram R$5,1m, equivalente a 34%. Esta variação tem duas origens e naturezas distintas: • Efeitos não-recorrentes totalizando aproximadamente R$1,0m. Este número é composto por: • R$0,5m em *fees* de pré-pagamento, com efeito caixa, de operações financeiras de curto prazo. • R$0,5m de despesas financeiras de transferência de titularidade de gravames por ocasião da incorporação pela Maestro da Locarcity. • Efeito recorrente de R$4,1m equivalente ao crescimento de 27% em relação ao ano anterior e compatível com o aumento de dívida líquida média. A dívida líquida média de 2019 foi de R$120,3 mm, aumento de 43% em relação ao ano anterior e causado principalmente pelo financiamento da aquisição da Locarcity. CDI e spreads em queda contribuíram para que o aumento das despesas financeiras líquidas fosse inferior à variação da dívida média entre os períodos. **3-8 Lucro antes de Impostos e Lucro Líquido:** O lucro líquido antes de impostos em 2019 foi de R$2,8m, aumento de 36% e o maior valor recorrente já atingido pela Maestro.

EBT recorrente - R$ mil

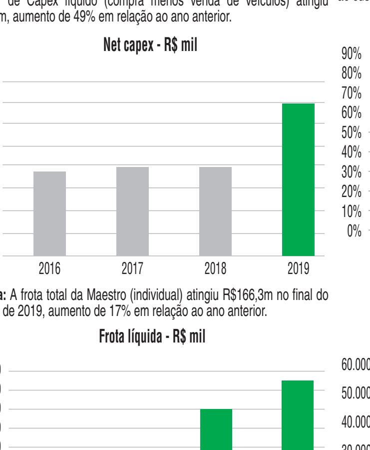


O resultado líquido final também foi o maior da história da Companhia e atingiu R$0,9m frente ao prejuízo (embora afetado por eventos não recorrentes) de R$(1,1)m em 2018. **4) Investimentos:** A Companhia investiu R$77,9m em aquisição de novos veículos em 2019 perfazendo total de 1.777 carros ao preço médio de R$43,8k por veículo. Em 2018, o valor médio dos carros comprados foi de R$ 48.5. Os descontos com montadoras permaneceram em níveis equivalentes nos períodos.

R$ mil	2016	2017	2018	2019
Aquisição				
Investimento	42.154	48.240	42.979	77.896
#veículo	974	1.052	887	1.777
preço médio	43,3	45,9	48,5	43,8
Venda				
Desinvestimento	23.434	32.809	19.417	49.238
#veículos	1.149	1.109	659	1.239
preço médio	20,4	29,6	29,5	39,7
Net capex R$mil	18.720	15.431	23.562	28.658

O valor de Capex líquido (compra menos venda de veículos) atingiu R$35,2m, aumento de 49% em relação ao ano anterior.

Net capex - R$ mil



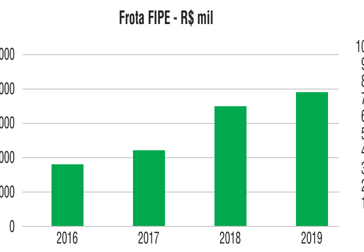
5) Frota: A frota total da Maestro (individual) atingiu R$166,3m no final do período de 2019, aumento de 17% em relação ao ano anterior.

Frota líquida - R$ mil

	2016	2017	2018	2019
R$mil	81.956	92.375	141.854	166.288
Crescimento		13%	54%	17%

Em relação à frota FIPE (mercado) o crescimento de Maestro foi de 12% em 2019.

Frota FIPE - R$ mil

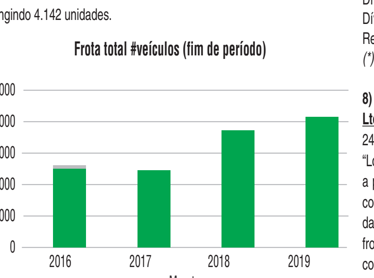


Frota FIPE (fim de período)

	2016	2017	2018	2019
R$mil	92.751	107.509	175.197	195.623
Crescimento		16%	63%	12%

O número de veículos total da frota aumentou por sua vez 12% em 2019, atingindo 4.142 unidades.

Frota total #veículos (fim de período)



Frota total # veículos (fim de período)

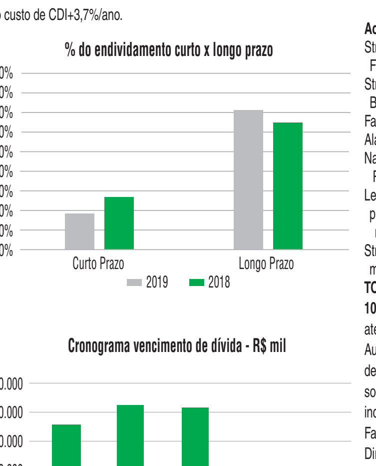
	2016	2017	2018	2019
unidades	2.486	2.429	3.683	4.142
Crescimento		-2%	52%	12%

6) Endividamento

Endividamento	2019 R$ mil	2019 %	2018 R$ mil	2018 %	Variação 19/18 %
Circulante	47.950	26%	27.309	19%	76%
Não circulante	133.409	74%	116.529	81%	14%
Endividamento Bruto Total	**181.359**	**100%**	**143.838**	**100%**	**26%**
Caixa e Aplicações	47.000		36.981		27%
Endividamento Líquido Total	**134.359**		**106.857**		**26%**

O aumento do endividamento líquido em 26% equivalente a R$27,5m teve como destinação o *net capex* líquido, dentro do curso normal do crescimento de ativos da Companhia. A 4ª Debênture foi concluída em maio de 2019 com valor total captado de R$60m, prazo de 60 meses, carêcia de 1 ano e ao custo de CDI+3,7%/ano.

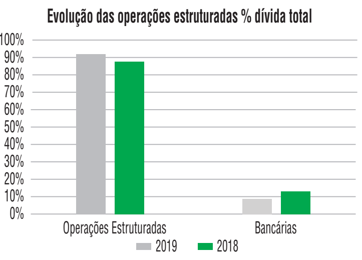
% do endividamento curto x longo prazo



Cronograma vencimento de dívida - R$ mil

O perfil da dívida (curto/longo prazo) tem se mantido dentro dos objetivos preservando *duration* superior ao dos contratos de locação. Tem contribuído de forma importante para este perfil mais alongado, a alta porcentagem de operações de mercado (estruturadas) frente às operações bilaterais com bancos.

Evolução das operações estruturadas % dívida total



7) Covenants Financeiros: Os *covenants* da 2ª, 3ª e 4ª Emissões são idênticos, tanto nos limites como nas definições.

COVENANT	Ok quando	2016	2017	2018	2019
Dívida Líquida/EBITDA (*)	<=3,5x	2,92	2,90	2,90	3,19
Dívida Líquida/PL	<=3,25x	1,17	1,22	2,20	2,70
Dívida Líquida/Frota Líquida	<=0,85x	0,71	0,66	0,76	0,81
Resultado venda usados	>-7%	-2%	2%	5%	6%

(*) Inclui EBITDA LTM Locarcity conforme definição das Escrituras II, III.e IV.deb.

8) Fatos Relevantes: **Incorporação da Minas Real Vendas e Serviços Ltda ou "Locarcity":** Em 13/12/2018, conforme discutido na nota explicativa 24, a Companhia adquiriu a Minas Real Vendas e Serviços Ltda ou "Locarcity" e passou a apresentar demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31/12/2018. Posteriormente, em 1º/08/2019, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia incorporou os saldos da Locarcity com o objetivo de melhorar a sinergia na terceirização de sua frota. O Processo de incorporação foi concluído com a emissão do laudo contábil por avaliador especializado e independente e foi realizada nos termos do artigo 225 da Lei 6.404 de 1976, e desta forma, a Companhia passou a não apresentar demonstrações financeiras consolidadas a partir do trimestre findo em 30/09/2019. **4ª Emissão de Debêntures:** A Companhia assinou em 23/10/2019, Escritura para distribuição pública no mercado nacional, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, da quarta emissão de debêntures no valor de R$60.000. As debêntures terão remuneração CDI+5,0% ao ano e serão amortizadas mensalmente, com carência de 12 meses, com vencimento final em novembro de 2024. As debêntures são garantidas pela alienação fiduciária de veículos e cessão de contratos com clientes. Os recursos se destinarão a i) liquidação antecipada de contrato de empréstimo internacional e contratos de arrendamento mercantil (leasing) ii) reforço de caixa da Companhia.

9) Estrutura Societária: O quadro societário da Companhia permaneceu inalterado em 2019.

Acionista	Ações ordinárias	Ações ordinárias %	Ações preferenciais	Ações preferenciais %	Total de ações	Total de ações %
Stratus SCP Fleet FIP-M	780.687	45,02	–	–	780.687	45,02
Stratus SCP Brasil FIP-M	541.119	31,21	–	–	541.119	31,21
Fabio Lewkowicz	129.604	7,47	–	–	129.604	7,47
Alan Lewkowicz	123.431	7,12	–	–	123.431	7,12
Natalie Lewkowicz Rivkind	117.269	6,76	–	–	117.269	6,76
Lewco Participações e Administração Ltda.	29.629	1,71	–	–	29.629	1,71
Stratus Investimentos Ltda.	12.249	0,71	–	–	12.249	0,71
TOTAL	**1.733.988**	**100%**	**–**	**–**	**1.733.988**	**100%**

10) Relacionamento Com Auditores: Ao longo do exercício de 2019, em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes prestou exclusivamente serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31/12/2019. Em atendimento ao artigo 25, paragrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Fabio Lewkowicz, Diretor Presidente, Carlos Miguel de O. M. B. Alves, Diretor Financeiro e Monica Jorgino Marcondes, Diretora superintendente, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2019; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 23/03/2020 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social findo em 31/12/2019.

Balanço patrimonial - 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Circulante		72.992	48.805	53.286
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.191	34.925	35.018
Aplicações financeiras de uso restrito	5	39.753	–	–
Contas a receber de clientes	6	16.714	8.343	10.263
Veículos em desativação para renovação da frota	7	7.703	1.132	3.611
Tributos a recuperar		644	879	879
Despesas antecipadas	8	1.697	2.681	2.681
Outras contas a receber		1.290	845	834
Não circulante		186.292	168.170	164.995
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras de uso restrito	5	2.056	2.056	2.056
Contas a receber de clientes	6	3.410	2.674	2.683
Depósitos judiciais	18	68	34	34
Despesas antecipadas	8	899	331	331
IR e CS diferido	9.b	12.365	12.095	12.095
Outras contas a receber		–	226	226
Investimento	10	–	42.202	–
Imobilizado	11	159.005	108.544	140.353
Intangível	12	7.411	8	7.217
Direito de uso	13	1.078	–	–
Total do ativo		259.284	216.975	218.281

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Circulante		74.934	51.422	52.345
Fornecedores	14	12.033	3.236	3.564
Empréstimos e financiamentos	15	6.156	5.967	6.292
Debêntures a pagar	13	41.794	21.342	21.342
Passivo de arrendamento		456	–	–
Salários, encargos e contribuições sociais		730	498	667
Obrigações tributárias		1.252	763	718
Contas a pagar por aquisição de negócio		–	17.337	17.337
Outras contas a pagar	17	1.838	2.279	2.425
Adiantamento de clientes		10.675	–	–
Não circulante		134.692	116.811	117.194
Empréstimos e financiamentos	15	11.747	12.171	12.499
Debêntures a pagar	16	121.663	104.358	104.358
Passivo de arrendamento		652	–	–
Outras contas a pagar		–	226	227
Provisão para perdas com causas judiciais	18	630	56	110
Patrimônio líquido		49.658	48.742	48.742
Capital social	19	51.735	51.735	51.735
Reserva de lucros		3.796	3.796	3.796
Prejuízos acumulados		(5.873)	(6.789)	(6.789)
Total do passivo e do patrimônio líquido		259.284	216.975	218.281

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Receita líquida	21	91.948	62.283	63.073
Custos de locação e venda de veículos	22	(61.810)	(40.199)	(40.784)
Lucro bruto		30.138	22.084	22.289
(Despesas) receitas operacionais				
Administrativas e gerais	23	(12.624)	(9.050)	(9.245)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	859	849	849
Resultado de equivalência patrimonial	10	2.875	(443)	–
		(8.890)	(8.644)	(8.396)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e tributos		21.248	13.440	13.893
(Despesas) receitas financeiras				
Despesas financeiras	24	(22.232)	(16.858)	(17.312)
Receitas financeiras	24	2.263	1.988	1.989
Despesas financeiras, líquidas		(19.969)	(14.870)	(15.323)
Lucro/ prejuízo) antes dos tributos		1.279	(1.430)	(1.430)
IR e CS correntes	9.a	(631)	–	–
IR e CS diferidos	9.a	269	270	270
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		916	(1.160)	(1.160)
Lucro líquido (Prejuízo) por ação - básico e diluído	20	0,53	(0,67)	(0,67)

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	916	(1.160)	(1.160)
Outros resultados abrangentes	–	–	–
Total dos resultados abrangentes	916	(1.160)	(1.160)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Dividendos não distribuídos	Total
Saldos em 31/12/2017		51.735	(5.629)	660	3.136	49.902
Prejuízo líquido do exercício		–	(1.160)	–	–	(1.160)
Saldos em 31/12/2018		51.735	(6.789)	660	3.136	48.742
Lucro líquido do exercício		–	916	–	–	916
Saldos em 31/12/2019		51.735	(5.873)	660	3.136	49.658

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Receitas			
Receita bruta de locação e venda de veículos	97.547	66.652	67.502
Outras receitas	5.519	3.762	3.761
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(337)	(240)	(305)
	102.729	70.174	70.958
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados	(14.297)	(11.820)	(11.949)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.630)	(3.129)	(3.171)
Comerciais e publicidade	(210)	(108)	(106)
Custo na alienação para renovação de veículos da frota e outros ativos imobilizado	(34.429)	(18.466)	(18.646)
	(52.565)	(33.523)	(33.872)
Valor adicionado bruto	50.164	36.651	37.086
Depreciação e amortização	(16.768)	(11.482)	(11.733)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	33.396	25.169	25.353
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	2.061	1.988	1.989
Resultado de equivalência patrimonial	2.875	(443)	–
Valor adicionado total a distribuir	38.331	26.714	27.342
Distribuição do valor adicionado	38.331	26.714	27.342
Pessoal			
Remuneração direta	5.489	4.063	4.141
Benefícios	873	691	699
FGTS	344	230	235
Impostos, taxas e contribuições			
Municipais	6	4	4
Federais	8.060	5.421	5.495
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros e despesas sobre empréstimos e debêntures Juros e despesas	16.523	16.607	16.649
Aluguéis	525	520	530
Outras	5.594	338	749
Remuneração de capital próprio			
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	916	(1.160)	(1.160)

Demonstrações dos fluxos de caixas - método indireto
Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	916	(1.160)	(1.160)
Ajustes por: IR e CS diferidos	(269)	(270)	(270)
Depreciação e amortização	16.758	11.482	11.273
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota	34.387	18.905	19.542
Encargos financeiros	18.325	13.765	13.765
Amortização dos custos de emissão das debêntures	(549)	(3.885)	(3.484)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	337	240	305
Resultado de equivalência patrimonial	(2.875)	443	–
Constituição/reversão de provisão para contingências	519	38	38
Constituição/reversão da provisão para perda dos veículos imobilizados e em desativação para renovação de frota	380	–	–
Valor justo de ativos financeiros	(530)	–	–
Variações nos ativos e passivos:			
Caixa adquirido na combinação de negócios	–	–	2
Contas a receber de clientes	(6.138)	364	345
Aquisições de veículos (vide Nota 23)	(66.672)	(48.343)	(48.343)
Impostos a recuperar	235	(284)	(284)
Despesas antecipadas	416	(1.065)	(1.065)
Depósitos judiciais	(34)	(34)	(34)
Outras contas a receber	286	233	284
Fornecedores (exceto montadora)	(2.843)	2.451	1.914
Salários, encargos e contribuições sociais	147	16	47
Obrigações tributárias	77	49	(64)
Outras contas a pagar e adiantamento de clientes	9.185	23	20
Partes relacionadas	9.629	–	–
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	11.687	(7.032)	(7.169)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras de uso restrito	(39.753)	2.160	2.160
Caixa líquido incorporado	33	–	–
Aquisição de investimento - Minas Real	–	(6.000)	(6.000)
Aporte de capital em investidas	(361)	(19.307)	–
Aquisição de outros ativos imobilizados	(4.007)	(3.521)	(3.521)
Contas a pagar por aquisição de negócios	(17.337)	–	–
Adição ao ativo intangível	–	(3)	(3)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(61.425)	(26.671)	(7.364)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos, financiamentos, debêntures e consórcios	88.867	152.737	152.737
Amortização de empréstimos, financiamentos, debêntures, consórcios e arrendamentos financeiros	(52.061)	(83.914)	(103.033)
Juros pagos	(16.802)	(11.434)	(11.392)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	20.004	57.389	38.312
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(29.734)	23.686	23.779
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	34.925	11.239	11.239
No fim do exercício	5.191	34.925	35.018

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. **Contexto operacional:** A Maestro Locadora de Veículos S.A. ("Maestro" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto, sem ações negociadas em mercado. Adicionalmente, a Companhia está listada desde 2015 na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no segmento de governança corporativa Bovespa Mais, nesta modalidade a Companhia possui prazo para realização de oferta de ações de até 7 anos. A Companhia foi constituída em 5/04/2007, com escritório administrativo localizado na Avenida Queiroz Filho, 1560, Vila Hamburguesa, São Paulo, Estado de São Paulo e sede na Rua Paulo do Vale, 356 - Salão 3 fundos, Vila Cercado Grande, Embu das Artes, no Estado de São Paulo. A Companhia atua em todo território nacional no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização por um prazo médio de dois a três anos e são posteriormente vendidos em canais de revenda de usados e leilões especializados. Em 31/12/2019 a frota da Maestro composta por 4.142 veículos no consolidado (2.669 em 31/12/2018 no individual e 3.683 no consolidado). No âmbito operacional, continuamos trabalhando no sentido de garantir a melhoria contínua da eficiência logística e operacional buscando reduzir tanto o número de dias em que o carro é disponibilizado para o cliente quanto o prazo em que o veículo é vendido. A administração mantém parcerias comerciais de longo prazo com as principais montadoras do país, garantindo não só base relativamente diversificada de potenciais fornecedores como também condições gerais competitivas para aquisição de veículos. Esse relacionamento tem garantido ao longo dos anos condições comerciais adequadas ao perfil de clientes que buscamos manter e conquistar. Buscamos também a melhoria contínua dessas condições gerais de aquisição de veículos à medida que a Companhia evolui em seu ciclo de negócios. A Companhia adquiriu em 13/12/2018 a Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarcity") e passou a apresentar demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31/12/2018. Em 1º/08/2019, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia incorporou os saldos da Locarcity com o objetivo de melhorar a sinergia na terceirização de sua frota. A incorporação foi concluída com a emissão do laudo contábil por avaliador especializado e independente e foi realizada nos termos do artigo 225 da Lei 6.404 de 1976, e desta forma, a Companhia passou a não apresentar demonstrações financeiras consolidadas a partir do trimestre findo em 30/09/2019. O ágio gerado de R$5.119 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Demonstramos a seguir os saldos incorporados em 1º/09/2019:

Ativo		Passivo	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalente de caixa	9.680	Fornecedores	416
Contas a receber de clientes	3.363	Salários, encargos e contribuições sociais	85
Veículos em desativação para renovação da frota	1.484	Obrigações tributárias	412
Despesas antecipadas	363	Outras contas a pagar	179
Outras contas a receber	77	**Total do passivo circulante**	**1.093**
Total do ativo circulante	**14.968**		
		Não circulante	
		Provisão para contingências	55
Não circulante		**Total do passivo não circulante**	**55**
Contas a receber de clientes	8		
Imobilizado	24.199	**Patrimônio líquido**	
Total do ativo não circulante	**24.208**	Capital social	35.596
		Prejuízos acumulados	(443)
		Lucro do período	2.875
		Total do patrimônio líquido	**38.028**
Total do ativo	**39.175**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**39.175**

2. **Base de preparação:** a) Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). b) Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas Comissão de Valores Mobiliários (CVM): Todas as informações relevantes próprias desta demonstração financeira anual, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão desta demonstração financeira anual foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23/03/2020. c) Base de consolidação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. As controladas foram consolidadas integralmente, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as Companhias consolidadas e (c) receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas em 2018 incluem as operações da Companhia e das seguintes companhias controladas, cuja participação percentual na data do balanço é como segue:

Investidas	Nº de quotas	% - Percentual 31/12/2019	% - Percentual 31/12/2018
Minas Real Vendas e Serviços Ltda.	34.928.120	–	100%

A Minas Real Vendas e Serviços Ltda. atua no segmento de locação de automóveis sem condutor. d) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. e) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. f) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota 07 - Veículos em desativação para renovação da frota. • Nota 11 - Imobilizado (depreciação de veículos) e valor residual. g) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste significativo no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 06 - Contas a receber de clientes (movimentação da PECLD). • Nota 07 - Veículos em desativação para renovação da frota. • Nota 09 - IR e CS diferidos. • Nota 11 - Imobilizado (depreciação de veículos e valor residual). • Nota 13 - Direito de uso e passivo de arrendamento. h) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) *Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e empréstimos a controladas. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida): A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. A Companhia não possuía em 31/12/2019 e 2018 instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais): No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. *Desreconhecimento*: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) *Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures. *Mensuração subsequente:* A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado: Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Nessa categoria estão classificados os empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos e Contas a pagar e a receber de ex-acionistas. *Desreconhecimento*: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. iii) *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. i) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os veículos em desativação para renovação da frota são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda; • Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. j) Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. *Caixa e equivalentes de caixa:* Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. *Aplicações financeiras de uso restrito:* Aplicações financeiras de uso restrito referem-se a certificados de depósito bancário, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do balanço patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado. Essas aplicações financeiras são garantidoras de empréstimos bancários da Companhia. *Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:* As contas a receber representam os serviços prestados e a venda de veículos até a data dos balanços patrimoniais, e estão apresentadas líquidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa, a qual foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. *Veículos em desativação para renovação da frota:* A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o exercício em que a frota está alugada a terceiros. Após este exercício os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação. A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do exercício de utilização da frota nas atividades de aluguel. *Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual (valor estimado que a Companhia obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperada para o fim de sua vida útil). A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	Individual e Consolidado 31/12/2019	Individual e Consolidado 31/12/2018
Veículos	2-3 anos	2-3 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5-10 anos	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Benfeitorias	10 anos	10 anos
Acessórios	2-3 anos	2-3 anos

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação. Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Companhia como arrendatário: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Imóvel 3 a 4 anos; • Software 3 a 5 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. De acordo com o CPC 06 (R2), o custo de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, salvo se esses custos forem incorridos para produzir estoques. O arrendatário incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante um período específico (CPC 06 (R2).24 (d)). Os contratos de arrendamento da Companhia não contêm a obrigação de desmontar e remover o ativo subjacente, restaurar o local em que está localizado ou restaurar o ativo subjacente a uma condição específica. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. *Outros ativos e passivos:* Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. *Redução ao valor recuperável: Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que seguem o pronunciamento CPC 01 R1, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. *Provisões:* Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Adicionalmente, em casos raros onde não é claro se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço. *Receita de locação de veículos:* A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel. *Venda de veículos:* A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de seus bens. *Receitas e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. *IR e CS :* A tributação sobre o lucro compreende o IR e a CS. O IR é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto que a CS é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da CS são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Ativos de IR e CS diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. *Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC):* As demonstrações anuais dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC). As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. *Demonstração do valor adicionado:* A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas. *Combinação de negócios:* Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º/01/2019 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e o impacto de cada uma das novas

continua→

normas e alterações, que são aplicáveis à Companhia, estão descritos a seguir: CPC 06 (R2) - Arrendamentos: O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos modelos do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. O CPC 06(R2), que vigora para períodos anuais iniciadas a partir de 1° de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1). Transição para o CPC 06 (R2). A Companhia adotou o CPC 06 (R2) prospectivamente. A Companhia optou por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1). Devido à adoção do CPC 06 (R2), o lucro antes das receitas e despesas financeiras da Companhia melhorará, e sua despesa com juros aumentará. Isso se deve à mudança na contabilização de despesas com arrendamentos que foram classificados como arrendamentos operacionais conforme o CPC 06 (R1). A Companhia identificou contratos de arrendamentos operacional (locação de imóveis). A taxa incremental média ponderada usada para a mensuração dos passivos de arrendamentos foi de 8,74% 9% ao ano. ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de IR . Considerando que a Companhia atua em um ambiente multinacional complexo, avaliou se a Interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras. Após a adoção da Interpretação, a Companhia considerou se possui posições fiscais incertas. A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária e de preços de transferência, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor. CPC 11 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (IFRS 4) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º/01/2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios: Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição. Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material: Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Gerenciamento do risco financeiro:** Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de mercado; • Risco de taxas de juros; • Risco operacional; • Risco de crédito; • Risco de liquidez. As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento. A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração. a) *Risco de mercado:* Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco de taxa de juros e de valor residual dos veículos. A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas. O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade destes ao longo de sua duração. Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos. b) *Risco de taxa de juros:* O risco de taxas de juros é aquele no qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas. c) *Risco operacional:* Risco operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infraestrutura que surgem de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis. A responsabilidade pela gestão dos riscos e otimização de seu monitoramento é da Administração. Dentre os principais riscos operacionais estão: • Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados. • Risco de integridade do ativo: definidos como perdas não previstas como multas, avarias e sinistros sejam cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e autosseguro. d) *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes. Os principais elementos mitigadores do risco de crédito adotados pela Companhia são: • Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de crédito; • Padronização de contratos, dentro de certos parâmetros que não reduzam flexibilidade e atratividade comercial; • Canal de comunicação rápido e transparente com o cliente no sentido de dirimir com agilidade possíveis questionamentos de cobranças adicionais ao aluguel básico, tais como multas e avarias. e) *Risco de liquidez:* O risco de liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras. As principais ferramentas mitigadoras deste risco adotadas são: Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de: • Planejamento de caixa: com grande ênfase na previsibilidade do capex líquido, ou seja, nas compras e vendas de veículos. • Adoção de caixa mínimo, que permita cumprir obrigações contratadas mesmo num evento de hipotético stress de mercado ou de enxugamento sistêmico de liquidez. Gestão de capital: A Gestão de capital da Companhia é realizada de forma a garantir, a qualquer momento, a sustentabilidade financeira da Companhia por meios próprios. Contribuem de forma decisiva nesta gestão a alta previsibilidade dos fluxos de caixa operacionais, decorrentes dos contratos de longa duração, e a natureza própria de baixa sazonalidade no negócio. Neste sentido, busca-se garantir que a todo momento, que o fluxo de caixa operacional da Companhia, somado aos recursos provenientes da venda de carros, sejam iguais ou superiores ao serviço do endividamento, incluindo pagamentos de juros e principal. Dessa forma, o financiamento para crescimento de frota é dimensionado pela soma do fluxo de caixa operacional (incluindo o fluxo de caixa de venda de veículos) e por novas linhas de financiamento, deduzidas dos pagamentos correntes de dívida. A Companhia busca manter sempre alternativas de novas linhas de financiamento de modo a suportar seu plano de crescimento. Abaixo demonstramos a dívida líquida ao final do exercício:

	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos financeiros - dívida bruta	180.335	143.838	144.491
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	(47.000)	(36.981)	(37.074)
Dívida líquida	133.335	106.857	107.417

4. Caixa e equivalentes de caixa	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Caixa e bancos	616	790	847
Aplicações financeiras	4.575	34.135	34.171
	5.191	34.925	35.018

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, resgatáveis com o próprio emissor, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) remunerados a 100% dos Certificados de Depósito Interbancários (CDIs) em 31/12/2019 e 2018.

5. Aplicações financeiras de uso restrito	Individual e Consolidado 31/12/2019	31/12/2018
Circulante	39.753	–
Não circulante	2.056	2.056
	41.809	2.056

Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), que na data do balanço patrimonial não possuem liquidez imediata e constituem garantias das emissões de debêntures. Não possuem risco de variações significativas por estarem indexadas ao CDI e são mensuradas ao valor justo. Essas aplicações são remuneradas a 100% do CDI em 31/12/2019 e 2018, e estão vinculadas aos empréstimos associados (garantidoras), conforme Nota 13.

6. Contas a receber de clientes	Individual	Individual	Consolidado
Circulante	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Locação de veículos	24.070	13.669	16.949
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.946)	(2.652)	(4.003)
	20.124	11.017	12.946
Circulante	16.714	8.343	10.263
Não circulante	3.410	2.674	2.683
	20.124	11.017	12.946

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

Faixa	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
A vencer	9.605	7.582	7.582
Vencidos:			
De 01 a 60 dias	3.563	357	2.039
De 61 a 90 dias	378	47	172
De 91 a 180 dias	2.310	240	415
De 181 a 360 dias	1.054	398	584
Acima de 360 dias	3.214	2.393	2.154
Total locação de veículos	20.124	11.017	12.946

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Individual Circulante	Individual Não circulante	Individual Total	Consolidado Circulante	Consolidado Não circulante	Consolidado Total
Saldo em 31/12/2017	(21)	(2.391)	(2.412)	(21)	(2.391)	(2.412)
Combinação de negócio	–	–	–	(1.286)	–	(1.286)
Reversão da provisão	20	462	482	20	462	482
Constituição da provisão	(8)	(714)	(722)	(73)	(714)	(787)
Saldo em 31/12/2018	(9)	(2.643)	(2.652)	(1.360)	(2.643)	(4.003)
Incorporação	(796)	(161)	(957)	–	–	–
Reversão da provisão	412	39	451	–	–	–
Constituição da provisão	(151)	(637)	(788)	–	–	–
Saldo em 31/12/2019	(544)	(3.402)	(3.946)			

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas de realização de créditos.

7. Veículos em desativação para renovação da frota

	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Saldo Inicial	1.132	538	538
Saldo incorporado	1.485		
Baixas por venda	(34.373)	(18.466)	(18.646)
Transferências de veículos (i)	39.459	19.060	21.719
Saldo final	7.703	3.236	3.611

(i) Transferência de veículos do imobilizado anteriormente em operação. Vide Nota Explicativa no 11. A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto à realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (*impairment*) é constituída.

8. Despesas antecipadas	Individual e Consolidado 31/12/2019	31/12/2018
1º emplacamento	614	569
Despesas bancárias	1.117	126
Despesas de prêmio de seguros	50	50
IPVA	–	1.997
Outros	815	270
	2.596	3.012
Circulante	1.697	2.681
Não circulante	899	331
Total	2.596	3.012

As despesas antecipadas de 1º emplacamento são apropriadas ao resultado no prazo médio de 24 meses, devido à natureza dos contratos de locação. As demais despesas antecipadas são apropriadas de acordo com o seu prazo de vigência. **9. IR e CS diferidos:** O IR e a CS diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre o prejuízo fiscal acumulado e base negativa de CS. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o IR e de 9% para a CS . Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável avaliação dos lucros tributáveis futuros que poderão ser usados na compensação prejuízo fiscal acumulado e base negativa de CS , baseado em projeções de receita futura e preparadas com premissas internas e cenários econômicos futuros que podem ser alterados. a) Reconciliação de despesa com IR e CS

	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Lucro/(prejuízo) antes do IR e CS	1.278	(1.430)	(1.430)
IR à alíquota nominal - 34%	(434)	486	486
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:			
Bônus à diretoria	(260)	(31)	(31)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos, patrocínios	(647)	(34)	(34)
Resultado de equivalência patrimonial	980	(151)	(151)
Outros	–	–	–
Total de IR e CS	(362)	270	270
IR e CS correntes do exercício	(631)		
IR e CS diferido do exercício	269	270	270

b) Balanço patrimonial: A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscal diferido da Companhia nos exercícios comparativos:

	Individual e Consolidado 31/12/2019 Ativos	Passivos	Líquido	31/12/2018 Líquido
Prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL	13.188	–	13.188	11.003
Ajuste de arrendamento financeiro	–	(2.734)	(2.734)	(300)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.342	–	1.342	902
Outras diferenças temporárias	569	–	569	490
	15.099	(2.734)	12.365	12.095

O passivo é composto do imposto a pagar diferido sobre as operações de arrendamento mercantil e o ajuste de depreciação sobre o ativo imobilizado entre a vida útil-econômica e as taxas fiscais. Os saldos de IR e CS diferidos ativos e passivos estão apresentados pelos valores líquidos nos termos do CPC 32. c) Resultado do exercício: A receita de impostos diferidos reconhecida no resultado é de R$ 269 e despesa com imposto corrente é de R$ 631 (em 31/12/2018 a receita de impostos diferidos reconhecida no resultado foi de R$ 270 e a não houve registro de despesa com imposto corrente). d) Prejuízo fiscal e base negativa: Em 31/12/2019, a Companhia possui saldo de prejuízo fiscal no montante de R$ 38.557 (R$32.129 em 31/12/2018) e base negativa no montante de R$ 39.549 (R$33.007 em 31/12/2018). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31/12/2019 demonstra que o saldo de IR diferido ativo será compensado. A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

2019	1.281
2020	1.764
2021	1.956
2022	2.009
2023	2.413
A partir de 2024	2.942
	12.365

10. Investimento: a) Investimento: Em 1º/08/2019, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) dos acionistas da Companhia aprovando a incorporação da empresa Minas Real Vendas e Serviços Ltda ("Minas Real"). A Incorporação foi realizada com data base de 31/08/2019. b) Movimentação dos investimentos - Controladora

	Investimentos	Mais-valia	Goodwill	Total
Combinação de negócios - 14/12/2018	15.928	–	–	15.928
Equivalência patrimonial	(443)	–	–	(443)
Integralização de capital	19.000	–	–	19.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	307	–	–	307
Cláusula de não competição	–	394	–	394
Marca	–	650	–	650
Imobilizado	–	201	–	201
Carteira de clientes	–	1.046	–	1.046
Goodwill	–	–	5.119	5.119
Saldo em 31/12/2018	34.792	2.291	5.119	42.202
Equivalência patrimonial	2.875	–	–	2.875
Amortização mais valia	–	(453)	–	(453)
Integralização de capital	361	–	–	361
Incorporação	(38.028)	–	663	(37.365)
Transferência de saldo para o ativo imobilizado	–	(201)	–	(201)
Transferência de saldo para o ativo intangível	–	(1.637)	(5.782)	(7.419)
Saldo em 31/12/2019	–	–	–	–

11. Imobilizado: a) Movimentação no exercício findo em 31/12/2018

Individual

Custo	Saldos em 31/12/17	Adições	Baixas	Transferências	Transferências para Renovação (i)	Saldos em 31/12/18
Veículos operacionais	97.378	–	(489)	46.278	(24.880)	118.287
Equipamentos de informática e telefonia	274	3	–	–	–	277
Máquinas e equipamentos	891	11	–	–	–	902
Móveis e utensílios	178	6	–	–	–	184
Benfeitorias	225	–	(212)	–	–	13
Imobilizado em curso	3.615	42.979	–	(46.278)	–	316
Acessórios	4.001	3.501	–	–	(94)	7.408
	106.562	46.500	(701)	–	(24.974)	127.387

Depreciação	Taxa de depreciação	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Transferências para renovação (i)	Saldos em 31/12/2018
Veículos operacionais	18%	(11.294)	(9.435)	60	–	5.859	(14.810)
Equipamentos de informática e telefonia	10-20%	(140)	(35)	–	–	–	(175)
Máquinas e equipamentos	10%	(505)	(90)	–	–	–	(595)
Móveis e utensílios	10%	(72)	(20)	–	–	–	(92)
Benfeitorias	10%	(177)	(36)	210	–	–	(3)
Acessórios	33% - 50%	(1.323)	(1.866)	–	–	55	(3.134)
		(13.511)	(11.482)	270	–	5.914	(18.809)
Provisões para perdas e roubos		(26)	–	(8)	–	–	(34)
Imobilizado líquido		93.025	35.018	(439)	–	(19.060)	108.544

Movimentação no exercício findo em 31/12/2018

Consolidado

Custo	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Combinação de negócios	Transferências para renovação (i)	Saldos em 31/12/2018
Veículos operacionais	97.378	–	(582)	46.278	42.033	(28.646)	156.461
Equipamentos de informática e telefonia	274	3	–	–	23	–	300
Máquinas e equipamentos	891	11	–	–	15	–	917
Móveis e utensílios	178	6	–	–	27	–	211
Benfeitorias	225	–	(211)	–	7	–	21
Imobilizado em curso	3.615	42.979	–	(46.278)	–	–	316
Acessórios	4.001	3.501	–	–	–	(94)	7.408
Mais-valia de imobilizados	–	–	–	–	201	–	201
	106.562	46.500	(793)	–	42.306	(28.740)	165.835

Depreciação	Taxa de depreciação	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Combinação de negócios	Transferências para renovação (i)	Saldos em 31/12/2018
Veículos operacionais	18%	(11.294)	(9.435)	(95)	–	(7.556)	6.966	(21.414)
Equipamentos de informática e telefonia	10-20%	(140)	(35)	–	–	–	–	(175)
Máquinas e equipamentos	10%	(505)	(90)	–	–	(11)	–	(606)

b) Movimentação no exercício findo em 31/12/2019

Individual

Custo	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Transferências para renovação (i)	Saldo Incorporação	Saldos em 31/12/2019
Veículos operacionais	118.287	–	(11)	64.803	(49.061)	29.115	163.133
Equipamentos de informática e telefonia	277	13	–	–	–	23	313
Máquinas e equipamentos	902	13	–	–	–	15	930
Móveis e utensílios	184	4	–	–	–	27	215
Benfeitorias	13	–	(13)	–	–	7	7
Imobilizado em curso	316	77.896	–	(64.803)	–	–	13.409
Acessórios	7.408	3.977	–	–	(284)	–	11.101
	127.387	81.903	(24)	0	(49.345)	29.187	189.109

Depreciação	Taxa de depreciação	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Transferências para renovação (i)	Saldo de Incorporação	Saldos em 31/12/2019
Veículos operacionais	18%	(14.810)	(13.105)	5	–	9.636	(4.933)	(23.207)
Equipamentos de informática e telefonia	10-20%	(175)	(37)	–	–	–	–	(212)
Máquinas e equipamentos	10%	(595)	(91)	–	–	–	(12)	(698)
Móveis e utensílios	10%	(92)	(18)	–	–	–	(19)	(129)
Benfeitorias	10%	(3)	(1)	5	–	–	(6)	(6)
Acessórios	33% - 50%	(3.134)	(2.553)	–	–	250	–	(5.437)
		(18.809)	(15.805)	10	–	9.886	(4.970)	(29.690)
Provisões para perdas e roubos		(34)	(380)	–	–	–	–	(414)
Imobilizado líquido		108.544	65.716	(14)	–	(39.459)	24.217	159.005

(i) Transferência do ativo imobilizado para a conta de "Veículos" em desativação para renovação de frota". Vide Nota nº 7. c) Veículos arrendados: A Companhia arrenda veículos sob uma série de acordos de arrendamentos financeiros, cujas obrigações de arrendamento estão divulgadas na Nota nº 13. Em 31/12/2019, o valor contábil residual dos veículos arrendados era de R$257 (R$7.200 em 2018). Os contratos de arrendamento mercantil destinam-se exclusivamente à aquisição de veículos que serão locados a clientes pelo período de 24 a 60 meses. d) Garantias: Em 31/12/2019, o equivalente a 99,81% da frota total da Companhia (4.130 veículos) é garantidor de empréstimos bancários, financiamentos e arrendamentos financeiros cujo valor residual é de R$159.606 (R$104.179 e 138.228 no individual e consolidado, respectivamente em dezembro de 2018). **12. Intangível:** a) Composição

		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Goodwill	5.783	–	5.119
Direito De Uso De Marca	650	–	650
Carteira Cliente	676	–	1.046
Acordo De Não Competição	311	–	394
Outros	(9)	8	8
	7.411	8	7.217

b) Teste de recuperação de ativos intangíveis com vida útil indefinida: O ágio está fundamentado em expectativa de rentabilidade futura do negócio, baseado em estudos de viabilidade e laudos de avaliação. A análise de recuperabilidade (teste de impairment) dos ágios é realizada, no mínimo, anualmente ou quando há alguma indicação de perda por impairment. Para fins do teste de impairment, os ágios são alocados às suas correspondentes Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31/12/2019 e considera, entre outros fatores, o momento econômico do país e os resultados históricos das empresas avaliadas. A Companhia realizou cálculo para determinar o valor de recuperação dos ativos intangíveis com vida útil indefinida. **Unidade geradora de caixa Maestro:** O valor recuperável da unidade geradora de caixa Maestro em 31/12/2019, foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo caixa aprovadas pela alta administração durante um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado refletindo uma melhora nas condições macroeconômicas do país, crescimento orgânico das atuais operações, e aumento de eficiência operacional. A taxa de desconto depois dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 11,1% a.a., e os fluxos de caixa que excedem o período de 5 anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,0%a.a. Como resultado dessa análise, não houve perda por redução ao valor recuperável. **Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso:** O cálculo do valor em uso para a unidade da Maestro é mais sensível às seguintes premissas: • Taxa de desconto; • Crescimento na perpetuidade (taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para além do período de projeção). **Taxa de desconto:** A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia. **Crescimento na perpetuidade:** A estimativa foi baseada principalmente em: • resultados históricos obtidos pela companhia; • expectativa de crescimento orgânico das operações atuais; • expectativa de crescimento derivado de nova unidade de negócio; e • expectativa de inflação baseado nas projeções (Boletim Focus) e metas divulgadas pelo Banco Central. **Sensibilidade a mudanças nas premissas:** As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir: • Taxa de desconto - utilizando-se um fator de ajuste de 1,0 p.p., a taxa de desconto passa para 12,1%. Mesmo considerando esta nova taxa, não há perda por redução ao valor recuperável. • Crescimento na perpetuidade - aplicando-se um fator de redução no crescimento da perpetuidade de 1,0 p.p., este crescimento passa dos atuais 6,0% para 5,0%. Mesmo considerando este cenário, não há perda por redução ao valor recuperável. **13. Direito de uso e passivo de arrendamento:** Ativo de direito de uso - imobilizado e intangível

	Software	Imóveis	Total
Saldo em 31/12/2018	–	–	–
Adições	471	906	1.377
Despesas de depreciação/amortização	(81)	(219)	(299)
Saldo em 31/12/2019	390	687	1.078
Taxas anuais de amortização - %	100 a 33	20	

Passivo de arrendamento	
Saldo em 31/12/2018	–
Adição e remensuração	1.318
Pagamento de principal	(336)
Pagamento de juros	(67)
Juros incorridos	193
Saldo em 31/12/2019	1.108
Circulante	456
Não circulante	652

a) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante: **Ano**

2021	456
2022	156
2023	40
Total	652

Prazos contratos	**Taxa % aa**
4 anos	8,74%
3 anos	8,74%
2 anos	8,74%

14. Fornecedores	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Montadoras	11.508	284	284
Fornecedores diversos	525	2.952	3.280
	12.033	3.236	3.564

15. Empréstimos e financiamentos: O perfil do endividamento da Companhia nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 estão resumidos nas tabelas abaixo:

Individual 31/12/2019

Modalidade	Moeda	Taxa ano (%) Mínimo	Máximo	Ano de vencimento	Circulante	Não circulante	Total	% Total
Giro (Pré)	R$	0,92 a.m.	1,41 a.m.	30/09/2024	3.496	7.047	10.543	58,89
Giro (Pós)	R$	0,34 a.m. + CDI	0,47 a.m. + CDI	28/02/2021	1.154	191	1.345	7,51
Arrendamento financeiro (Pré)	R$	1,33 a.m.	1,33 a.m.	30/09/2022	246	377	623	3,48
Finame		0,72 a.m + Selic		28/02/2024	1.260	4.132	5.392	30,12
					6.156	11.747	17.903	

Individual 31/12/2018

Modalidade	Moeda	Taxa ano (%) Mínimo	Máximo	Ano de vencimento	Circulante	Não circulante	Total	% Total
Giro (Pré)	R$	0,92 a.m.	1,41 a.m.	2019	3.585	6.507	10.092	55,64%
Arrendamento financeiro (Pré)	R$	1,33 a.m.	1,33 a.m.	2022	2.382	5.664	8.046	44,36%
					5.967	12.171	18.138	

Consolidado 31/12/2018

Modalidade	Moeda	Taxa ano (%) Mínimo	Máximo	Ano de vencimento	Circulante	Não circulante	Total	% Total
Giro (Pré)	R$	0,92 a.m. + CDC	1,41 a.m.+ CDC	2019	3.910	6.835	10.745	57,18%
Arrendamento financeiro (Pré)	R$	1,33 a.m.	1,33 a.m.	2022	2.382	5.664	8.046	42,82%
					6.292	12.499	18.791	

a) Garantias: Os empréstimos e as operações de arrendamento mercantil são garantidos pela composição de veículos, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11 (d) e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro. **16. Debêntures a pagar**

	Individual e Consolidado 31/12/2019	31/12/2018
Debêntures a pagar	169.426	131.117
(–) Custos de transação para emissão de debêntures (i)	(5.969)	(5.417)
	163.457	125.700
Circulante	41.794	21.342
Não circulante	121.663	104.358

(i) Gastos com a emissão das debêntures os quais são amortizados pelo prazo de vigência da dívida. 1ª Emissão de debêntures: Em 30/01/2015, a Companhia realizou a primeira emissão de 620 debêntures simples não conversíveis em ações, junto ao agente fiduciário Pentágono S.A., e estruturada pelo Banco Modal no montante total de R$62.000, com remuneração anual de CDI + 4,17%, tendo sido efetivamente subscrito o valor de R$61.230. As debêntures não possuem carência para amortização dos juros e do saldo devedor, e possuem prazo de 60 meses a partir do 1º dia de fevereiro de 2016, com parcelas iguais a 1,66% do saldo devedor. O término das amortizações está previsto para 30/01/2020. Em assembleia geral dos titulares de debêntures realizada em 20/06/2016, por deliberação dos debenturistas foram realizadas as seguintes alterações: (i) ajustar a cláusula 6.16 da Espécie com Garantia Real, da primeira emissão das debêntures, com a finalidade de alterar os percentuais das parcelas de amortização; (ii) alterar o item 6.25 a fim de ajustar o limite do índice da razão entre a dívida líquida e o EBITDA para acompanhamento do exercício social findo em 31/12/2016; (iii) dentre outras. As debêntures foram liquidadas em 20/12/2018. 2ª Emissão de debêntures: A Companhia captou em 4/05/2018 o montante de R$80.000, através de emissão de 8 mil debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, sendo todas com valor unitário de R$10, de acordo com os termos descritos em instrumento particular de escritura da 2ª emissão de debêntures entre a Companhia, como emissora, e Planner, como agente fiduciário. O prazo total da emissão é de quatro anos, com seis meses de carência, e está sujeito à atualização com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 4,5% ao ano. A remuneração será paga em cinco parcelas, nas datas de amortização do principal, sendo o primeiro pagamento devido em 10/06/2018, e o último na data de vencimento em 10/05/2022. 3ª Emissão de debêntures: A Companhia captou em 13/11/2018 o montante de R$62.000, através de emissão de 6,2 mil debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, sendo todas com valor unitário de R$10, de acordo com os termos descritos em instrumento particular de escritura da 3ª emissão de debêntures entre a Companhia, como emissora, e a Pentágono S.A. DTVM, como agente fiduciário. Recursos destinados ao resgate antecipado da 1ª emissão e reforço de capital de giro e da aquisição da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarcity"). O prazo total da emissão é de quatro anos, com seis meses de carência, e está sujeito a atualização com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 5% ao ano. A remuneração será paga em cinco parcelas, nas datas de amortização do principal, sendo o primeiro pagamento devido em 10/12/2019, e o último na data de vencimento em 10/11/2022. 4ª Emissão de debêntures: A Companhia assinou em 23/10/2019, Escritura para distribuição pública no mercado nacional, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, da quarta emissão de debêntures no valor de R$60.000. As debêntures terão remuneração CDI+5,0% ao ano e serão amortizadas mensalmente, com carência de 12 meses, com vencimento final em novembro de 2024. As debêntures são garantidas pela alienação fiduciária de veículos e cessão de contratos com clientes. Os recursos se destinarão a i) liquidação antecipada de contrato de empréstimo internacional e contratos de arrendamento mercantil (leasing) ii) reforço de caixa da Companhia. A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros são apresentados a seguir:

Condição contratual	**Restrição**
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA (acumulado últimos 12 meses)	< 4,25
(ii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo patrimônio líquido	< 3,25
(iii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pela frota total líquida	< 0,85

(iv) Índice obtido da divisão da venda líquida pelo custo< 0,07 (se negativo) Conforme Escrituras da 2ª, 3ª e 4ª emissões, cláusula 6.26, item XX, "caso a Emissora efetue aquisição de cotas, ações ou participações societárias de quaisquer outras sociedades e que resulte no controle pela Emissora da(s) sociedade(s) adquiridas(s), o EBITDA relativo a todo período dos últimos 12 (doze) meses em questão e a Dívida Líquida da Emissoras, deverão ser somados respectivamente, com o EBITDA relativo a todo o período dos últimos 12 (doze) meses em questão e com a Dívida Líquida dessas sociedades adquiridas, relativas a todo o período dos últimos 12 (doze) meses em questão, incluindo o período anterior à aquisição".

17. Adiantamento de Clientes	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Adiantamento de Clientes	9.834	–	–
Adiantamento de Venda Programada	841	661	661
	10.675	661	661

18. Provisão para perdas com causas judiciais: A Companhia está sujeita a ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso de natureza provável no valor de R$ 630 em 31/12/2019 como demonstrado na tabela abaixo:

	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Contingências cíveis	630	56	110
Depósitos judiciais	(68)	(34)	(34)

Além disso e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. A estimativa dos valores relacionados a contingências cíveis possíveis, com base em informações de seus assessores jurídicos, em 31/12/2019 é de R$ 1.012 (R$ 398 no individual e R$ 644 no consolidado em 31/12/2018). Depósitos judiciais: A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, cujas movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

Individual

	Saldos em 31/12/2018	Constituição	Reversões	Saldos em 31/12/2019
Contingências	56	574	–	630
Depósitos judiciais	(34)	(34)	–	(68)
	22	540	–	562

19. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2019 e 31/12/2018 é constituído de 1.733.988 ações ordinárias, representando o capital social de R$51.735. As ações não possuem valor nominal, e os titulares têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social. A composição acionária da Companhia é a seguinte:

		31/12/2019 e 31/12/2018	
Acionistas	%	Quantidade de ações	Capital integralizado
Fundo Mútuo de Investimento em empresas emergentes	45%	780.687	22.752
Stratus SCP Brasil FIP	31%	541.119	15.770
Lewco Participações e Administração Ltda.	2%	29.629	864
Stratus Investimentos Ltda.	1%	12.249	357
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	21%	370.304	11.392
		1.733.988	51.135

b) Reserva legal: A Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. c) Distribuição de dividendos: O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da Lei, ressalvada as hipóteses previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, em Lei e no Estatuto e compensados os dividendos semestrais e intermediários e/ou intercalares que tenham sido eventualmente declarados no exercício. **20. Lucro (prejuízo) por ação:** O resultado por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. Em 31/12/2019 e 2018, a Companhia não possuía instrumentos que causassem efeito dilutivo no cálculo do resultado por ação diluído. A tabela a seguir estabelece o cálculo do resultado por ação para os exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (em milhares de valores por ação e quantidade de ações):

Básico e diluído	Individual e Consolidado 31/12/2019	31/12/2018
Numerador		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	917	(1.160)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.734	1.734
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,53	(0,67)

21. Receita líquida	Individual	Individual	Consolidado
Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Locação de veículos	60.531	47.235	47.882
Venda de veículos	37.016	19.417	19.620
	97.547	66.652	67.502
Impostos sobre serviços e vendas	(5.599)	(4.369)	(4.429)
	91.948	62.283	63.073

22. Custo de locação e venda de veículos

	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Custos de manutenção	(12.936)	(11.577)	(11.761)
Custos com depreciação	(15.657)	(11.300)	(11.549)
Custos dos veículos vendidos	(34.373)	(18.466)	(18.646)
Outros custos com veículos vendidos	(335)	(98)	(98)
Custos com pessoal	(2.081)	(1.523)	(1.550)
Recuperação de créditos de PIS e COFINS	3.572	2.765	2.820
	(61.810)	(40.199)	(40.784)

23. Despesas administrativas e gerais

Descrição	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Despesas com pessoal	(6.041)	(4.417)	(4.495)
Serviços de terceiros	(1.890)	(1.368)	(1.384)
Despesas com ocupação	(583)	(582)	(594)
Despesas gerais	(1.813)	(1.334)	(1.360)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(337)	(240)	(306)
Baixa de contas a receber incobráveis	–	(483)	(483)
Despesas com depreciação e amortização	(1.112)	(184)	(184)
Despesas de comunicação	(211)	(105)	(105)
Impostos sobre outras receitas	(637)	(335)	(335)
Receita de taxa de administração sobre multas	187	142	142
Outras receitas operacionais	672	705	708
	(11.765)	(8.201)	(8.396)
Administrativas e gerais	(12.624)	(9.050)	(9.245)
Outras receitas operacionais, líquidas	859	849	849

24. Resultado financeiro	Individual	Individual	Consolidado
Despesas financeiras	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Juros passivos	(4.461)	(7.079)	(7.122)
Despesas e juros de debêntures	(15.816)	(9.529)	(9.529)
Despesas bancárias e IOF	(18)	(250)	(661)
Variação Cambial	(203)	–	–
Despesas Operação Swap	(1.734)	–	–
Total	(22.232)	(16.858)	(17.312)
Receitas financeiras	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.031	1.316	1.316
Outras receitas financeiras	506	–	–
Receita Operação Swap	726	672	673
Total	2.263	1.988	1.989

25. Partes relacionadas: Conforme deliberado em AGE datada de 23/01/2019, a remuneração estabelecida para os membros da diretoria executiva e Conselho de Administração da Companhia para o exercício a findar-se em 31/12/2019 é de R$1.606. No exercício findo em 31/12/2019 a remuneração paga foi de R$1.606 (R$1.306 em 2018), a título de remuneração fixa. **26. Combinação de negócios:** Foram realizados estudos para mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição do controle, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 - Combinações de Negócios. O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarcity") na data da aquisição é apresentado a seguir:

Ativo	13/12/2018
Circulante: Caixa e equivalentes de caixa	2
Contas a receber de clientes	1.967
Outros ativos circulantes	40
Total do ativo circulante	2.009
Não circulante: Contas a receber de clientes	8
Imobilizado	34.516
Total do ativo não circulante	34.524
Total do ativo	36.533
Passivo	
Circulante: Fornecedores	866
Obrigações sociais e trabalhistas	138
Empréstimos e financiamentos	17.113
Impostos e contribuições a recolher	68
Outros passivos circulantes	149
Total do passivo circulante	18.334
Não circulante: Empréstimos e financiamentos	2.217
Provisão para contingência	54
Total do passivo não circulante	2.271
Patrimônio líquido	15.928
Total do patrimônio líquido e passivo	36.533

Em cumprimento aos dispositivos do pronunciamento técnico CPC 15 (R1), a Companhia contratou terceiros especialistas para avaliar o valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis da Locarcity. Para os demais ativos e passivos, a Companhia, após análises, concluiu que não havia diferenças significativas entre o valor registrado nos livros locais e o valor justo a ser contabilizado. O resumo do valor justo apurado na época da aquisição é a seguinte:

Participação adquirida	100%
Valor da operação	23.337
Valor pago na data de aquisição	6.000
Valor a pagar	17.337
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	18.218
Ágio gerado na transação	5.119
Total da contraprestação	23.337

O ágio gerado de R$5.119 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Na data da aquisição, foi registrado um passivo com o valor justo de R$23.337 referente à aquisição. Em 31/12/2018 o saldo a pagar era de R$17.337, sendo liquidado em 31/10/2019. Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis: Foram observados os critérios definidos no CPC 04 - Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

Ativo	R$	Método	Prazo esperado de amortização
Cláusula de não competição	394	Método do lucro: Fluxo de caixa descontado (Within/Without)	5 anos
Marca	650	Método do lucro: *Relief from royalties*	Indefinido
Imobilizado	201	Avaliação a preço de Mercado	Individual por bem
Carteira de clientes	1.046	Método do lucro: Fluxo de caixa descontado (MPEE)	3 anos

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: a) Riscos de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito, na data das demonstrações financeiras foi:

	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	47.000	36.981	37.074
Contas a receber de clientes	20.124	11.017	12.946
Outras contas a receber	1.291	1.071	1.060
	68.415	49.069	51.080

	Individual Valor	12 meses ou menos	2 - 5 anos	Total	Consolidado Valor	12 meses ou menos	2 - 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações de uso restrito	47.000	43.071	3.929	47.000	37.074	35.018	2.056	37.074
Contas a receber de clientes	20.124	16.714	3.410	20.124	12.946	10.263	2.683	12.946
Outras contas a receber	1.291	1.291	–	1.291	1.060	834	226	1.060
	68.415	61.076	7.339	68.415	51.080	46.115	4.965	51.080

b) Riscos de liquidez: A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros não derivativos, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Empréstimos e financiamentos, debêntures e consórcios a pagar	180.335	143.838	144.491
Fornecedores	12.033	3.236	3.564
Contas a pagar por aquisição de negócios	–	17.337	17.337
Outras contas a pagar	1.838	2.505	2.652
	194.206	166.916	168.044

Veja abaixo o cronograma de vencimento dos instrumentos financeiros da Companhia em 31/12/2019:

	Individual Valor contábil	12 meses ou menos	2 - 5 anos	Total	Consolidado Valor contábil	12 meses ou menos	2 - 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos	180.335	46.925	133.410	180.335	144.492	27.634	116.857	144.491
Fornecedores	12.033	12.033	–	12.033	3.564	3.564	–	3.564
Outras contas a pagar	1.838	1.838	–	1.838	2.652	2.425	227	2.652
	194.206	60.796	133.410	194.206	168.045	50.960	117.084	168.044

c) Classificação e valor justo: A tabela a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	Individual 31/12/2019 Valor contábil	Valor justo	Individual 31/12/2018 Valor contábil	Valor Justo	Consolidado 31/12/2018 Valor contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	47.000	47.000	790	790	847	847
Contas a receber de clientes	20.124	20.124	11.017	11.017	12.946	12.946
Outras contas a receber	1.291	1.291	1.071	1.071	1.060	1.060
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do						
Aplicações financeiras	4.575	4.575	34.135	34.135	34.171	34.171
Aplicações financeiras de uso restrito	41.809	41.809	2.056	2.056	2.056	2.056

A Administração entende que os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Caixa e equivalentes de caixa: são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. • Aplicações financeiras de uso restrito: são definidas como ativos de uso restrito, pois estão vinculados diretamente a dívidas da Companhia. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. • Contas a receber de clientes, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar: decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzindo de provisão para perdas quando aplicável ou relevante. • Empréstimos, financiamentos e debêntures: são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia. d) Riscos de taxa de juros: A Companhia não tem em seu endividamento de 31/12/2019 operações de *swap* ou qualquer outro derivativo contratado. *Análise de sensibilidade:* Em relação ao passivo total, 4,25% está indexado ao CDI e, portanto, exposto à variação das taxas de juros. Para 31/12/2019, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de *stress*, I e II, com 5,31% e 6,38%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar-base do CDI de 4,25%. Considerando que as aplicações também são indexadas ao CDI, o efeito líquido patrimonial e sobre o resultado, nos cenários de *stress*, está demonstrado na tabela abaixo:

	Consolidado Cenários Base	I	II
Taxa de juros	4,25%	5,31%	6,38%
Variação em relação ao cenário-base	–	25%	50%
Dívida bruta indexada ao CDI	187.329	197.280	199.271
Aplicações indexadas ao CDI	46.384	48.848	49.341
Efeito na exposição patrimonial	140.945	148.432	149.930
Efeito líquido no resultado	–	7.488	8.985

28. Transações que não afetam o caixa: Nos exercícios findos em 31/12/2019 e 2018, as seguintes transações não afetaram o caixa:

	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos:			
Aquisições de veículos no período (Nota 11)	(77.896)	(42.979)	(42.979)
Fornecedores - montadoras de veículos (Nota 12):			
Saldo no final do período	11.508	284	284
Saldo no início do período	284	5.648	5.648
	11.224	(5.364)	(5.364)
Caixa pago pela aquisição de veículos	(66.672)	(48.343)	(48.343)

29. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Individual Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total	Consolidado Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Em 31/12/2017	53.393	23.177	76.570	53.393	23.177	76.570
Combinação de negócio em 13/12/2018	–	–	–	19.330	–	19.330
Fluxos de caixa	(47.536)	(36.378)	(83.914)	(66.655)	(36.378)	(103.033)
Juros pagos	(4.480)	(6.954)	(11.434)	(4.438)	(6.954)	(11.392)
Juros provisionados	6.078	7.687	13.767	6.078	7.687	13.765
Novos arrendamentos	10.683	142.054	152.738	10.683	142.054	152.737
Amortização de custos de captação	–	(3.885)	(3.885)	401	(3.885)	(3.484)
Em 31/12/2018	18.138	125.700	143.838	18.792	125.701	144.493
Fluxos de caixa	(29.806)	(21.916)	(51.723)			
Juros pagos	(3.656)	(13.079)	(16.735)			
Juros provisionados	3.362	13.161	16.523			
Novas Captações	28.727	60.140	88.868			
Amortização Swap	(530)	–	(530)			
Variação Cambial	1.668	–	1.668			
Amortização de custos de captação	–	(550)	(601)			
Em 31/12/2019	17.903	163.456	181.359			

30. Cobertura de seguros: A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados.

Ativos segurados	**Modalidades**	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Veículos administrativos	Cobertura total (danos materiais)	1.400	1.400	1.400
Veículos administrativos	Cobertura total (danos corporais)	2.800	2.800	2.800
Predial	Cobertura total (danos materiais)	4.702	4.052	4.097

Em 8/01/2019, a Companhia contratou um seguro de responsabilidade civil em benefício de seus administradores (seguro D&O), com validade de um ano. O seguro garante o pagamento de prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os administradores em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados períodos de suas atribuições na administração e gestão da Companhia. A apólice prevê como limite máximo, garantia de R$10.000 e um prêmio líquido total de R$16. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

Diretoria

Carlos Alves - Diretor Financeiro

Contador

Dnalva Rocha dos Santos - Contadora CRC-SP296885/O-0

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Declaração: Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. abaixo designados ("Companhia") declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2019. São Paulo, 23/03/2020.

Fabio Lewkowicz - Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing
Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves - Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro
Monica Jorgino Marcondes - Diretora Superintendente

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Declaração: Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. abaixo designados ("Companhia") declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31/12/2019. São Paulo, 23/03/2020.

Fabio Lewkowicz - Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing
Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves - Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro
Monica Jorgino Marcondes - Diretora Superintendente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Maestro Locadora de Veículos S.A.** Embu das Artes - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Maestro Locadora de Veículos S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maestro Locadora de Veículos S.A. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Estimativa de realização dos tributos diferidos:** A Companhia reconheceu IR e CS diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de CS conforme detalhado na nota explicativa 9, no montante de R$ 15.099 mil em 31/12/2019. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro. Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. *Como nossa auditoria conduziu o assunto:* Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e realização futura desses tributos diferidos ativos; envolvemos nossos especialistas em impostos para nos auxiliar nas análises sobre o cálculo dos impostos diferidos ativos; analisamos as projeções para a realização dos tributos diferidos preparadas pela administração, que incluíram, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de avaliação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança. Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação aos impostos diferidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do IR diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do IR diferido ativo adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Definição do valor residual de veículos:** Conforme mencionado na Nota 2.j, a administração da Companhia define o valor residual dos veículos operacionais a partir do valor de venda esperado ao final de suas vidas úteis, considerando sua melhor estimativa e com base no histórico de eventos semelhantes. O valor depreciável de um veículo é a diferença entre o custo de aquisição e o valor residual estimado com base na vida útil definida que está diretamente relacionada à expectativa de renovação da frota. Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento utilizados na definição da vida útil dos bens e do valor residual estimado. *Como nossa auditoria conduziu o assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) o entendimento e avaliação das premissas utilizadas pela administração na definição do valor residual de veículos; ii) revisão dos documentos que suportaram a definição das principais premissas aplicadas na definição do valor residual de veículos; e iii) análise do resultado na alienação dos veículos reconhecido durante o exercício. Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação a definição do valor residual e vida útil dos veículos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a definição do valor residual de veículos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de definição do valor residual e vida útil dos veículos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 2.j, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23/03/2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP034519/O-6
Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7